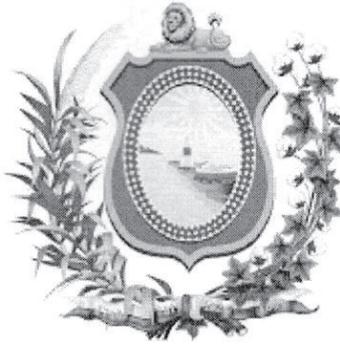


Proc. n.º 750/2022-CJ



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
R IMPERADOR DOM PEDRO II - Bairro SANTO ANTONIO - CEP 50010-240 - Recife - PE - https://www.tjpe.jus.br
FOR PAULA BAPTISTA

**CONTRATO - TJPE-1111111111/PRESIDENCIA-1000000000/CONSULTORIA JURIDI-
1200000000/ASSESSORIA JURIDIC-1200003000**

CONTRATO N° 095/2022 DE FORNECIMENTO DE VIDRO LISO (TEMPERADO OU FUMÊ) E FOSCO JATEADO, QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO E, DE OUTRO LADO, A EMPRESA ANA ELISABETE LEITE CAMPELO DE BARROS, NA FORMA ABAIXO ADUZIDA.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, com sede a Praça da República, s/nº, Santo Antônio, Recife/PE, CEP 50.010.240, inscrito no CNPJ sob o nº 11.431.327/0001-34, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, **Sr. Marcel Lima** (nos termos da Portaria nº. 1, anexo II, de 02/02/2022), daqui por diante denominado **CONTRATANTE**, e a Empresa Individual **ANA ELISABETE LEITE CAMPELO DE BARROS**, inscrita no CNPJ sob o nº. 39.967.316/0001-92, com sede na Av. Doutor Seixas, Nº. 58, Sala 01, Poço da Panela, Recife/PE, CEP: 52.061-150, nesta ato representada pela **Sra. Ana Elisabete Leite Campelo de Barros**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e acordado celebrar o presente instrumento, em decorrência do **Processo Administrativo nº 00032187-31.2021.8.17.8017**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço**, autuado sob o nº **57/2022-CPL, PE INTEGRADO Nº 0089.2022.CPL.PE.0057.TJPE.FERM-PJ, LICON nº 77/2022**, que integra este instrumento como se dele fizesse parte, de acordo com Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Resolução TJPE nº 185 de 11/01/2006, Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147 de 07/12/2014, e respectivas alterações, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, ao qual as partes desde já se submetem, mediante as cláusulas e estipulações que mutuamente outorgam e estabelecem na forma adiante articulada:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Fornecimento, com instalação, de VIDRO LISO (TEMPERADO OU FUMÊ) E FOSCO JATEADO para o Tribunal de Justiça de Pernambuco, conforme especificações e exigências contidas no Termo de Referência e seus Anexos respectivos e proposta da CONTRATADA, que integram o presente instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O presente contrato terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1. O valor global do presente contrato é de R\$ 192.198,60 (cento e noventa e dois mil, cento e noventa e oito reais e sessenta centavos), fixo e irrevogável, com os seguintes preços unitários dos itens, na conformidade da proposta da CONTRATADA ID 1672374:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	Preço unitário (R\$)	Valor total por item (R\$)
1	VIDRO - Liso transparente, com 4mm de espessura, bordas lixadas.	180M ²	R\$ 123,42	R\$ 22.215,60
2	VIDRO - liso transparente, com 6 mm de espessura, bordas lixadas, lapidadas, bizotadas ou boleadas.	180M ²	R\$ 180,39	R\$ 32.470,2
3	VIDRO liso transparente, com 08 mm de espessura, bordas lixadas, lapidadas, bizotadas ou boleadas.	180M ²	R\$ 225,96	R\$ 40.672,80
4	VIDRO - Fosco, branco, jateado, com 4 mm de espessura, bordas lixadas, lapidadas, bizotadas ou boleadas.	90M ²	R\$ 246,85	R\$ 246,85
5	VIDRO - Liso, fumê, com 4 mm de espessura, bordas lixadas, lapidadas, bizotadas ou boleadas.	120M ²	R\$ 180,39	R\$ 21.646,8
6	VIDRO - liso transparente, temperado, com 06 mm de espessura, bordas lixadas, lapidadas, bizotadas ou boleadas.	90M ²	R\$ 265,83	R\$ 23.924,7
7	VIDRO - liso transparente, temperado com 08 mm de espessura, bordas lixadas, lapidadas, bizotadas ou boleadas.	90M ²	R\$ 322,80	R\$ 29.052,00

3.2. O cadastramento junto à Secretaria de Administração do Estado de Pernambuco no sistema E-FISCO é condição para a contratação e pagamento, conforme **Item 11.1** do edital.

3.3. O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, da nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA.

a) O “atesto” fica condicionado à verificação da conformidade da nota fiscal/fatura e do regular cumprimento das obrigações assumidas.

b) Havendo erro na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o

c) O CONTRANTE se reserva no direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o produto fornecido não estiver em perfeita condição de uso ou em desacordo com as especificações contidas neste Termo de Referência e Anexos.

3.4. Antes do pagamento, o CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no sistema E-FISCO e/ou nos sites oficiais, especialmente quanto à regularidade fiscal, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

3.5. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

3.6. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

3.7. O crédito se dará mediante ordem bancária com depósito em conta corrente da CONTRATADA. No depósito será descontada a taxa bancária correspondente quando a conta corrente de depósito for de instituição bancária diferente do banco **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, tendo em vista a vinculação do Tribunal de Justiça ao Sistema Corporativo E-FISCO do Governo do Estado de Pernambuco. A CONTRATADA arcará com o ônus do DOC.

3.8. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto licitado e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo servidor designado para tal, depois de verificada e comprovada a regularidade das exigências de habilitação.

3.9. Nos casos de eventuais atrasos no pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento

VP = Valor da parcela a ser paga

I = Índice de atualização financeira, assim apurado:

$$I = (6/100) / 365$$

3.10. Os preços são fixos e irrealizáveis durante o transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data de apresentação da proposta, após o que a concessão de reajustamento será feita mediante a aplicação do IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, fornecido pelo IBGE, nos termos da Lei nº 12.525, de 30.12.2003, alterada pela Lei nº 12.932, de 05.12.2005 e regras da Lei nº 8.666/93.

3.11. Será sempre admitida revisão do Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações, quando ocorrer a necessidade de recompor em face da variação de preços, decorrente de fato imprevisível, fato superveniente, ou fato previsível, mas de consequências incalculáveis.

3.11.1. A revisão de preços dependerá de requerimento do interessado quando visar recompor o preço que se tornou insuficiente, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico financeiro do Contrato, devendo ser instaurada pela própria Administração quando colimar recompor o preço que se tornou excessivo

3.12. Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique inviabilidade de sua execução, desde que configuradas e cabalmente demonstradas quaisquer das hipóteses do artigo 65, inciso II, alínea “d”, §5º e §6º da Lei Federal nº 8.666/93.

3.12.1. É irregular a revisão de preço quando a sua evolução se mostrar compatível com o cenário existente à época da formulação da proposta;

3.12.2. É irregular a revisão de preço que desconsidere o desconto oferecido por ocasião do certame licitatório;

3.12.3. Somente se admite a revisão de preço após a comprovação do equilíbrio da equação econômico-financeira da proposta.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As obrigações assumidas correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: nos projetos nº 17358, fonte 0124000000, ação 4430, subação (A597), rubrica 3.3.90.30, e 17359, fonte 0124000000, ação 4430, subação 1437, rubrica 3.3.90.30. Programa de Trabalho: 02.122.0422.4430.1439, Natureza da Despesa: 3.3.90.30, Fonte 0124000000, no valor de R\$ 48.173,10 (quarenta e oito mil, cento e setenta e três reais e dez centavos), conforme Nota de Empenho de nº. 2022NE001815, emitida em 03 de agosto de 2022 (ID 1718343) e do Programa de Trabalho: 02.122.0422.4430.1437, Natureza da Despesa: 3.3.90.30, Fonte: 0124000000, no valor de R\$ 15.893,10 (quinze mil, oitocentos e noventa e três reais e dez centavos), conforme Nota de Empenho de nº. 2022NE001816, emitida em 03 de agosto de 2022 (ID 1718346), restando um saldo para LOA de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – DOS LOCAIS, PRAZOS DE INSTALAÇÃO, ASSISTÊNCIA E DE GARANTIA

5.1. As peças serão instaladas nos prédios do TJPE, situados na Região Metropolitana do Recife, a depender da necessidade de cada prédio, sendo meramente estimativo o quantitativo descrito no ANEXO II;

5.2. As visitas para medição ocorrerão à pedido do Gestor do Contrato e/ou do Administrador de Prédio (com cópia para o Gestor) e deverá ser atendido em um prazo de, no máximo, **05 (cinco) dias úteis**;

5.3. Após a medição, a empresa deverá enviar ao Gestor do Contrato o orçamento referente ao pedido para análise, aprovação e início da contagem do prazo de instalação;

5.4. O prazo máximo para a instalação será de **20 (vinte) dias úteis, exceto para vidro temperado, que será de 30 (trinta) úteis**, a partir do atesto do Gestor do Contrato ao orçamento apresentado;

5.5. O licitante contratado, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o fornecimento e instalação do material, total ou parcialmente, deverá apresentar justificativa, por escrito, devidamente comprovada, e em documento contemporâneo à sua ocorrência, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato, ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração;

5.6. As peças de vidro serão conferidas no momento da entrega e qualquer avaria produzida durante a instalação será de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.1. DA CONTRATADA

6.1.1. Executar de acordo com sua proposta e especificações do Termo de Referência, normas legais, ato convocatório e cláusulas deste contrato, o objeto contratado, assumindo inteira responsabilidade pelo fiel cumprimento das suas obrigações;

6.1.2. Responsabilizar-se, civil, administrativa e penalmente, sob as penas da lei por quaisquer danos e ou prejuízos materiais ou pessoais que venham a causar e ou causados pelos seus empregados ou prepostos, ao **CONTRATANTE** ou a terceiros;

6.1.3. Executar o contrato em estrita conformidade com as disposições e especificações deste Termo de Referência e com os termos da proposta de preços;

6.1.4. Fornecer produtos novos, de boa qualidade e em absoluta conformidade com o Edital e seus anexos;

6.1.5. Instalar os materiais nos prazos previstos no item 5, do Termo de Referência, a contar da formalização do pedido;

6.1.6. Fornecer amostra e/ou catálogos com especificações técnicas dos materiais a serem utilizados, além de manuais práticos e didáticos de manutenção diária, dos quais serão conferidos e devidamente atestados pelo Gestor;

6.1.7. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos e previamente agendados em observância às normas legais de segurança e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica, em consonância com as dos fabricantes do material;

6.1.8. Providenciar a remoção dos materiais inservíveis, observando-se os cuidados atinentes à conservação de todos os elementos no entorno do local de realização dos serviços;

6.1.9. Fornecer todo o material necessário à instalação dos espelhos, incluindo fixação completa com fita de massa acrílica, assim como a aplicação de qualquer material complementar necessário aos trabalhos, tais como: ferramentas, instrumentos de medição, parafusos, pregos, argamassa, massa corrida, tinta, pintura, produtos de limpeza, etc.

6.1.10. Preservar o ambiente como fora encontrado sem quaisquer danos desde o acesso a edificação até a conclusão dos serviços, podendo arcar com responsabilidade sobre demais avarias. Após a realização do serviço de instalação/fixação dos objetos acima descritos, o local deverá ser devidamente limpo, com a remoção de sobras de material, entulhos etc; bem como recuperadas áreas, acessos e estruturas porventura afetadas quando da instalação, inclusive, se necessário for, efetuando a pintura do local e recuperação total dos ambientes;

6.1.11. Responder, integralmente, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento empreendido pelo TJPE;

6.1.12. Indicar endereço eletrônico (e-mail) para o recebimento de expedientes/notificações enviadas pelo TJPE, sendo considerados válidos todos os expedientes/notificações enviadas ao endereço eletrônico indicado;

6.1.13. Substituir o material danificado ou fora dos padrões estabelecidos no prazo de até 10 (dez) dias a partir da notificação do Gestor do Contrato;

6.1.14. Manter durante a execução do contrato todas as condições que culminaram em sua habilitação, principalmente a regularidade fiscal e previdenciária, condições de idoneidade exigidas na licitação e outras previstas na legislação vigente e na aplicável à natureza dos serviços objeto da contratação;

6.1.15. Apresentar certidões de quitação junto à Receita Federal, Dívida Ativa da União, INSS, FGTS e Fazenda Municipal ou estar registrada junto ao SICAF em condição regular;

6.1.16. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, nos termos do art. 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993;

6.1.17. Acatar outras determinações previstas na legislação aplicável à natureza do objeto deste contrato;

6.1.18. Cumprir com outras obrigações decorrentes da aplicação do Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990) que sejam compatíveis com o regime de Direito Público;

6.1.19. Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para sua contratação durante todo o prazo contratual;

6.1.20. Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo CONTRATANTE, sobre os produtos ofertados;

6.1.21. Incluir, nos custos totais, os serviços de mão-de-obra.

6.2. DO CONTRATANTE

6.2.1 Facilitar, ao máximo, o recebimento do produto durante a entrega realizada pelo contratado;

6.2.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que sejam solicitaadas pela CONTRATADA;

6.2.3. Conferir e atestar as Notas Fiscais nas condições preestabelecidas no Contrato para viabilizar a liquidação e pagamento dos mesmos pela DIFIN;

6.2.4. Fiscalizar, quando lhe prover e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das cláusulas e condições contratadas, registrando as deficiências porventura existentes, devendo comunicá-las, por escrito, à CONTRATADA para correção das irregularidades apontadas;

6.2.5.. Conferir a fatura de acordo com a solicitação e efeito do fornecimento do objeto e, ainda, os documentos necessários ao acompanhamento do mesmo;

6.2.6. Encaminhar a liberação de pagamento da fatura referente ao quantitativo entregue e aprovado;

6.2.7. Efetuar pagamento à CONTRATADA no prazo estipulado no Termo de Referência;

6.2.8. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto em desacordo com este instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIIMENTO E DA EXECUÇÃO

7.1. RECEBIMENTO:

7.1.1. A CONTRATADA deverá agendar, previamente, os serviços com o servidor responsável pela Administração do Prédio ou Diretoria do Foro;

7.1.2. Os serviços de instalação serão prestados nos prédios solicitantes, situados na Região Metropolitana do Recife, observando os prazos do item 5.2 e 5.4, do Termo de Referência;

7.1.3. A instalação poderá ocorrer durante o horário normal de expediente ou, caso seja inviável, aos sábados, devendo ser acompanhado por funcionário do TJPE para recebimento e consequente aceitação do objeto licitado;

O material será recebido:

a) provisoriamente, pelo servidor/funcionário que acompanhar o serviço, analisando quantitativos e se as peças possuem avarias e /ou imperfeições visíveis;

b) definitivamente, após a verificação da qualidade dos serviços prestados e consequente aceitação pela Administração ou Diretoria do Foro solicitante, que deverá atestar o Relatório de Serviço emitido pela CONTRATADA para posterior submissão ao Gestor do Contrato.

7.1.4. Os serviços serão rejeitados no caso de incompatibilidade com as especificações previstas na proposta ou quando inadequado à sua utilização;

7.1.5. O prazo para proceder às verificações, após o recebimento provisório, será de 05 (cinco) dias úteis, quando a Administração ou Diretoria do Foro deverá se manifestar, aceitando, através do atesto, ou recusando o item objeto do fornecimento, comunicado formalmente ao Gestor do Contrato;

7.1.6. O recebimento definitivo não exime o fornecedor de responder pelos vícios aparentes e ocultos, segundo as disposições deste termo e as normas de proteção ao consumidor;

7.1.7. O objeto que estiver em desacordo com as especificações do Termo de Referência terá seu recebimento recusado, devendo o fornecedor, dentro do prazo de **10 (dez) dias**, substituir o produto adequadamente, sujeitando-se às sanções administrativas descritas no Edital;

8.1.8. Na aplicação das penalidades previstas no Edital, a autoridade competente poderá se valer dos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da prevalência e indisponibilidade do interesse público, em decorrência de circunstâncias fundamentadas em fatos comprovados;

7.1.9. A administração, para aplicação das sanções, analisará as circunstâncias do caso e as justificativas apresentadas, por escrito, em até **48h (quarenta e oito horas)** pela CONTRATADA, assegurando-lhe o contraditório e a ampla defesa;

7.2. – EXECUÇÃO

7.2.1. Os produtos a serem fornecidos deverão ser novos e de boa qualidade acompanhados de todo material necessário para a instalação nos devidos locais, a exemplo de parafusos, buchas e fitas adesivas;

7.2.2. Antes do início dos serviços, deverão ser fornecidos amostras e/ou catálogos com especificações técnicas dos materiais a serem utilizados, além de manuais práticos e didáticos de manutenção diária

dos quais serão conferidos e devidamente atestados pela Diretoria ou Administração do Fórum onde serão instaladas as peças;

7.2.3. Deverá ser feito uma visita prévia aos locais a serem instaladas as peças em questão, inclusive conferindo medidas adaptáveis nos locais, evitando surpresas e ou dúvidas posteriores;

7.2.4. Os serviços deverão ser prestados dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos e previamente agendados, em observância às normas legais de segurança e regulamentares aplicáveis às recomendações aceitas pela boa técnica, em consonância com as do fabricante do material;

7.2.5. O serviço de mão de obra deverá estar incluso nos custos totais.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação foi provocada pela C.I. nº 1341133, que originou o processo SEI nº 00032187-31.2021.8.17.8017 e PE Integrado nº 0089.2022.CPL.PE.0057.TJPE.FERM-PJ, na modalidade de Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO Global do Lote, autuado sob o nº 57/2022-CPL, LICON nº 77/2022.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, dentro do limite previsto no art. 65, § 1º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Constituem motivos para rescisão deste contrato, as hipóteses previstas no Art. 77 e nos incisos I a XII e XVII, do artigo 78, da Lei nº 8.666/93.

10.1.1. Os casos de rescisão contratual pelos motivos previstos nesta cláusula serão formalmente motivados em processo administrativo próprio, assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

10.1.2 - A rescisão contratual, precedida da devida autorização do **CONTRATANTE**, na forma escrita e fundamentada, poderá ser:

a) Formalizada por meio de ato unilateral do **CONTRATANTE**, na ocorrência dos motivos previstos nesta cláusula;

b) Amigável, por acordo das partes, desde que haja conveniência para o **CONTRATANTE**, mediante termo cabível;

c) Judicial, nos termos da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES

11.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei nº 10.520/2002, ficará impedida de licitar e contratar com o **Estado de Pernambuco** e será **descredenciada** do CADFOR, pelo prazo de **até 5** (cinco) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão unilateral deste contrato e da aplicação de multa conforme adiante previsto, a **CONTRATADA** que:

- a) não assinar o contrato, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo;
- h) cometer fraude fiscal.

11.2. Para os fins do item “g” do subitem 11.1, reputar-se-ão comportamentos inidôneos, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

11.3. Com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 c/c os artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei nº 8.666, de 1993 nos casos de retardamento, de falha na execução do contrato/nota de empenho ou de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, a **CONTRATADA** poderá ser apenada, isolada ou concomitantemente, com as seguintes penalidades:

11.3.1. Advertência

- a) A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva da **CONTRATADA**.
- b) A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do TJPE, a critério do **CONTRATANTE**, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.3.2. Multa

- a) Multa compensatória de 5% (cinco por cento), 7% (sete por cento) ou 10% (dez por cento) do valor do contrato/nota de empenho ou da parte inadimplida;
- b) Multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso no início da execução dos serviços contados da emissão da ordem de serviço, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese,

inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

c) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto na alínea “b” deste subitem 10.3.2, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

d) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

11.3.2.1. Estima-se para efeito de aplicação de multas, o valor global deste contrato à época da infração cometida.

11.3.2.2. O valor da multa deverá ser recolhido diretamente ao Tribunal de Justiça de Pernambuco e apresentado o comprovante à Diretoria Financeira do CONTRATANTE, no prazo determinado por meio da notificação, podendo ser abatido de pagamento a que a CONTRATADA ainda fizer jus, ou poderá ser cobrada judicialmente, nos termos do §1º, do artigo 87, da Lei nº. 8.666/93.

11.3.2.3. As multas moratória e compensatória podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 30% (trinta por cento) do valor total atualizado do contrato/nota de empenho, sem prejuízo das medidas legais cabíveis, por perdas e danos.

11.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Estado de Pernambuco e descredenciamento no CADFOR, pelo prazo de até cinco anos.

11.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior; ou

11.4. Será garantido o direito à prévia e ampla defesa, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, ressalvados os casos devidamente justificados e comprovados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Os casos omissos serão resolvidos pelas partes contratantes de comum acordo, com base na Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e na Resolução nº 185/2006/TJPE de 02/01/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações.

12.2. O extrato do presente contrato será publicado no Diário da Justiça Eletrônico, em obediência ao disposto no artigo 61, parágrafo único da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca do Recife, Capital do Estado de Pernambuco, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente contrato, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

13.2. Estando assim as partes, justas e acordadas, assinam o presente termo, eletronicamente, juntamente com as testemunhas abaixo, para que produzam seus efeitos legais.

Recife(PE), 22 de agosto de 2022

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Sr. Marcel Lima

Diretor Geral

Contratante

ANA ELISABETE LEITE CAMPELO DE BARROS

Sra. Ana Elisabete Leite Campelo de Barros

Representante Legal

Contratada

TESTEMUNHAS:

1. Jeffersonberg - CPF: 610.757.754-20

2. Renato Degen Carvalho - CPF: 688.390.294-49



Documento assinado eletronicamente por **ANA ELISABETE LEITE CAMPELO DE BARROS, Usuário Externo**, em 19/08/2022, às 14:31, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCEL DA SILVA LIMA, DIRETOR GERAL TRIB JUST/DGPJC**, em 22/08/2022, às 17:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.tjpe.jus.br/sei/autenticidade> informando o código verificador **1725606** e o código CRC **CC8982C5**.

00032187-31.2021.8.17.8017

1725606v11